

## COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG CNPJ: 17.186.370/0001-68

Ministério da Agricultura. Pecuária e Abastecimento



Em 2017, a CASEMG completou 60 anos e concretizou-se como empresa que supera desafios e cumpre a sua missão institucional com ações voltadas ao aprimoramento da gestão de governança corporativa, com o alinhamento das estratégias de atuação e dos processos de negócios, visando melhor relacionamento com os clientes e parceiros. Logo no início do exercício, tomou posse o atual Presidente da empresa, o qual juntamente com

os demais diretores priorizou algumas iniciativas sob o ponto de vista econômico-financeiro e comercial. Durante o exercício, cocrreu um ciclo de interinidade e substituição dos Diretores Operacional e Administrativo Financeiro. Sob o ponto de vista econômico e financeiro a empresa alcançou melhoria no equilíbrio entre receitas e dispêndios correntes, com redução da dívida tributária registrada em exercícios anteriores em seu Passivo Circulante e Não Circulante, com a adesão ao Programa de Regularização Tributária (PERT), regulamentado pela Lei nº 13.496, de 24/10/2017, a ser amortizada com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Apesar da CASEMG ter sido afetada diretamente pela demanda externa, com volume Apesar da CASENIO tel stud artetada eltratinente pera denhanda externa, com volunie significativo de milho exportado pelo Brasil (o dobro em relação ao exercício anterior), ocasionando assim, redução de 26,92% no armazenamento na Companhia, a estratégia de redução dos dispêndios alcançou resultado satisfatório e superavitário de R\$ 573, contra um déficit de R\$5,559,171 no exercício de 2016, sem comprometer as atividades operacionais da Cia. Ainda, foi verificada redução dos negócios de transbordo ferroviário nas unidades de Araguari e Uberlândia, desde 2016.

nas unidades de Araguari e Uberlandia, desde 2016. Do rol de prioridades para o exercício, destaca-se a criação de Comissão Comercial nomeada por meio da Portaria nº 057/2017, com a proposição descrita na Resolução nº 001/ 2017. A referida Comissão tem por objetivo elaborar diretrizes e premissas institucionais

de forma a subsidiar os gerentes de unidades de negócios para prospecção de novas e melhores oportunidades para suas unidades, além de viabilizar a geração de novos negócios por meio de relacionamento com os clientes. Mesmo com a deficiência do quadro de pessoal da Cia., a Comissão efetuou o mapeamento e agendou visitas com os maiores clientes da Companhia, além de revisar todos os contratos de armazenagem com vistas a apresentar maior viabilidade financeira aos negócios da empresa.

MENSAGEM DA DIRETORIA

As ações implementadas vêm exigindo naturalmente a revisão dos padrões administrativos e de controle interno, visando o aprimoramento da gestão corporativa e participativa com o envolvimento total dos empregados. Quanto a esse ponto, destacamos a promoção de reuniões gerenciais consecutivas na sede administrativa e nas unidades armazenadoras, a fim de

assegurar a manutenção e o equilíbrio dos objetivos almejados pela Administração. Cabe destacar também o trabalho de continuidade do Planejamento Estratégico, Tático e Operacional da Companhia, por meio do qual já foram traçados os objetivos estratégicos, suas ações, indicadores e metas para 2017 a 2021, embora um dos objetivos de grande relevância para a gestão eficiente ainda não tenha sido implementado, que é a política de Gestão de Pessoas e de Recursos Humanos. O Novo Plano de Cargos, Carreira e Salários -PCCS foi elaborado com auxílio de Consultoria contratada pela Companhia, mas ainda não foi aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST. Outra ação relevante iniciada foi o mapeamento e gestão de riscos em todos os setores da Companhia, cujo planejamento de investimentos para mitigação dos riscos será aos poucos inserido nos Programa de Dispêndios Globais - PDG e no Orçamento de Investimentos - OI. As constantes mudanças, ao longo do exercício, de gestores da Diretoria Administrativa Financeira e Operacional da Companhia prejudicaram a definição das ações estratégicas de curto e longo prazo, embora as orientações e a fiscalização dos Conselhos de Administração

e Fiscal sobre os atos e fatos da Gestão, nos ajudaram a corrigir e alcançar resultados. Outra ação importante foi a auditoria das contas do exercício de 2016 pela Controladoria Geral da União - CGU, cujos apontamentos de melhoria dos controles contribuíram para

a reformulação de procedimentos e fluxos internos. Na Gestão de Qualidade, o Sistema de Boas Práticas de Armazenamento, já implantado na Companhia, é uma garantia de maior qualidade em seus armazéns e atende às exigências do setor exportador, seja para a operação com soja, farelo de soja, café, milho ou outras commodities, fidelizando ainda mais o cliente da Cia.

commodities, fidelizando ainda mais o cliente da Cia.

A CASEMG está inserida no projeto de privatização do Governo Federal. Mesmo diante desta possibilidade, a Gestão vem trabalhando arduamente visando obter um bom desempenho econômico-financeiro para a Companhia na safra de 2018. Em seu primeiro ano de mandato, o atual Diretor Presidente estabeleceu as prioridades de sua gestão, com destaque para a melhoria da eficiência dos controles internos; a redução do endividamento de curto e longo prazo; além da execução de nova estratégia comercial, com foco no incremento de suas relações com os clientes. Todos os avanços conquistados ao longo do exercício só foram possíveis graças à dedicação e profissionalismo de nossos colaboradores, que sempre estiveram alinhados aos mesmos interesses e objetivos traçados pela direção da CASEMG.

Agradecemos aos nossos parceiros e clientes, pela confiança nos serviços prestados pelo

ngraccemos aos mossos parinistrativo e operacionale, nos corpo técnico-administrativo e operacionale. Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo dedicação, profissionalismo e pelo esforço coletivo na busca por melhores resultados para a Companhia.

Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro Em Reais

Nota

2017

(20.053.579)

(3.311.258) (**2.133.769**)

20.081.112 17.300.408 (2.161.302)(2.461.728)300.426 **17.919.810** 

301.019 **15.250.947** 

(17.264.645) (17.264.645)

(2.013.698

2016

1		Dalaman Da	4-1	21 J. D				D
		Baianços Pa	trimoniais em	31 de Dezembro - Em Reais				Demonstrações de Resultados Exercícios Findo Em Reais
ATIVO	Nota	2017	2016		<u>Nota</u>	2017	2016	
CIRCULANTE		7.133.981	8.791.280	CIRCULANTE		12.048.207	10.790.054	<u>No</u>
Caixa e Bancos		249.716	236.410	Fornecedores		1.047.568	1.389.356	RECEITA DE VENDA DE SERVIÇOS E
Aplicações Financeiras		74.807	1.687.926	Obrigações Fiscais		580.143	882.864	MERCADORIAS
Duplicatas a Receber	4	895.117	1.342.490	Salários e Contribuições Previdenciárias	16	1.505.825	4.330.436	(-)DEDUÇÕES DA REC. DE VENDAS
Adiantamentos		48.372	62.845	Obrigações a Terceiros		493.059	753.742	DE SERVIÇOS E MERCADORIAS
Tributos a Compensar	6	181.735	121.814	Parcelamento Salário-Educação		32.195	29.710	(-) COFINS E PIS não Cumulativo, ISSQN, ICMS
Concessão de Direito Real de Uso	7	279.181	71.168	Parcelamento Lei 11.941/2009	18	365.058	344.930	(+) Créditos PIS/COFINS Não Cumulativo
Outros Créditos	8	4.886.012	3.911.334	Parcelamento Previdenciário		-	849.482	RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE SERVIÇOS .
Estoque		211.593	1.048.663	Parcelamento Não Previdenciário		-	1.050.549	(-) CUSTO DAS VENDAS
Despesas Antecipadas		266.683	264.673	Parcelamento Lei 12.996/2014	19	690.074	639.939	Custo dos Serviços Prestados
Ressarcimento de Clientes		62.998	43.956	Parcelamento Lei 13.496/2017		6.353.949	-	Custo das Mercadorias
Perdas no Recebimento de Crédito	5	(22.233)		Provisão p/ Ações Trabalhistas e Cíveis	21	639.828	467.808	RESULTADO OPERACIONAL BRUTO
NÃO CIRCULANTE		12.864.413	15.694.005	Acordos Trabalhistas		333.417	44.458	(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.085.086	5.731.601	Pensões Judiciais		7.091	6.780	(-) Despesas Gerais e Administrativas
Depósitos Recursais		173.469	161.451	NÃO CIRCULANTE		3.967.118	7.767.963	(-) Contingências Trabalhistas e Cíveis
Valores Bloqueados pela Justiça		2.741.024	66.358	Acordos Trabalhistas		-	12.767	Reversão de Provisões Constituídas
Créditos a Receber de Precatório Judicial		1.661.908	1.885.984	Parcelamento Lei 11.941/2009		911.397	1.207.256	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)
Créditos a Receber de Alienação de Ativo		893.667	2.994.584	Parcelamento Previdenciário		-	1.148.910	Outras Receitas
Créditos a Compensar c/ Impostos Munic		615.018	642.555	Parcelamento Não Previdenciário		-	3.237.384	(-) Outras Despesas
Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial		492.462	496.723	Parcelamento Lei 12.996/2014	19	534.041	1.138.059	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS
(-) Perdas no Recebimento de Créditos	12	(492.462)		Parcelamento Salário-Educação	17	42.772	69.324	LÍQUIDAS
IMOBILIZADO LÍQUIDO	13	6.769.608	9.564.731	Indenização a Clientes		-	954.263	Receitas Financeiras
Imobilizado Bruto		143.862.304	145.915.114	Parcelamento PGFN Lei 13.496/2017		2.478.908	-	(-) Despesas Financeiras
(-) Depreciações Acumuladas		(137.092.695)	(136.350.383)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.983.069	5.927.268	RESULTADO OPERACIONAL
ATIVÔ INTANGÍVEL	13	402.760	403.713	Capital Social		26.814.711	26.814.711	OUTROS RESULTADOS
(-) Amortização Acumulada		(393.041)		Prējuízos Acumulados		(22.831.642)	(20.887.443)	Ganho de Capital
TOTAL DO ATIVO		19.998.394	24.485.285	TOTAL DO PASSIVO		19.998.394	24.485.285	RESULTADÔ LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
As nota	s explic	cativas da adm	inistração são	parte integrante das demonstrações financeiras				Lucro líquido por lote de mil ações do capital social
				E'				Quantidade de ações ao final do exercício

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - Em reais

As notas explicativas da administração são protas extendencia de composta de descendencia de por ações, constituída através da Lei nº. 1.643 de 6 de setembro de 1957, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Quanto à sua estrutura física, esta é composta de dezessete (17) Unidades de Armazenagem e Negecios no Estado de Minas Gerais. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3.855 de 03 de julho de 2001. Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. A empresa se encontra incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), cujo processo de caracterização de federalização apresenta-se atualmente em tramite no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas do Conselho Federal de Contabilidade - CPC., Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.40476 e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009. As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON. NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRĂTICAS CONTÁBEIS
31. Ativos circulantes e não circulantes - São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento darse-é

competência de exercício.

NOTA 4 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante)
Os saldos de R\$ 895.118 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 1.342.490 em 31 de dezembro
de 2016 se referem a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços
de armazenagem e transbordo de produtos não recebidos até 31 de dezembro, conforme

detalhamos a seguir:		
Unidades Armazenadoras	Posição em 2017	Posição em 2016
Araguari	1.719	_
Capinópolis	397.057	540.081
Centralina	7.000	_
Conceição das Alagoas	-	5.485
Frutal	27.433	225
Ituiutaba	82.285	31.115
Monte Carmelo	35.337	106.903
Paracatu	-	3.506
Patos de Minas	1.225	62.931
Patrocínio	148.590	281.681
Sacramento	-	11.110
Santa Vitória	19.448	9.199
Tupaciguara	-	193
Uberaba	10.035	36.910
Uberlândia	164.640	249.075
Unaí	348	4.076
Total	205 117	1 242 400

895.117 1.
NOTA 5 - PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS (Ativo Circulante)
O valor de R\$ 22 233 corresponde ao valor recitande de la colonidad d NOTA 5 - PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS (Ativo Circulante)
O valor de R\$ 22.233 corresponde ao valor registrado de perdas no recebimento de créditos
em curto prazo sobre a conta duplicatas a receber. Composta por: R\$ 15.324 por
transferência entre contas do Longo Prazo para o Curto Prazo, R\$ 7.078 de provisão de
perdas para o exercício e R\$ 169 de baixa por pagamento de cliente da Unidade de Capinópolis,
NOTA 6 - TRIBUTOS A COMPENSAR - (Ativo Circulante) - O total de R\$ 181.735 está
composto por: IRRF e IRP1 a compensar: R\$ 139.196 sendo: R\$ 36.397 de retenção de IRRF
sobre notas fiscais de Cliente, R\$ 32.033 de retenções de IRRF sobre aplicação financeira
e R\$ 70.566 de IRPJ recolhimento por estimativa a compensar. CSLL a compensar: R\$
42.539 sendo: R\$ 198 sobre retenções de notas fiscais de clientes e R\$ 42.341 CSLL de
recolhimento por estimativa a compensar; Os impostos de renda e CSLL a compensar
serão compensados após a entrega da Escrituração Fiscal Digital — ECF em 31/07/2018.
NOTA 7 - CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (Ativo Circulante) - Refere-se
ao saldo a receber de contratos de Concessão de Direito Real de Uso firmado pela Companhia
no valor total de R\$ 279.181 em 2017 e R\$ 71.168 em 2016.
NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS (Ativo Circulante) - O saldo de R\$ 4.886.012 composto
por: R\$ 4.660 de depósito de FGTS efetuado indevidamente em 21/05/2013 pela Companhia
onde o processo de restituição se encontra em andamento; R\$ 298.768 referente a 16 parcelas
a receber de R\$ 18.673 firmado com o Município de Ipanema onde se obteve procedência em
favor da Companhia, culminado no Precatório 13/2001; R\$ 2.604.584 de valor a receber
referente a 12 parcelas de R\$ 217.048 oriundas das alienações dos bens imóveis das
Unidades de Patos de Minas e Paracatu Processos Administrativos 113/2015 e 114/2015

que ocorreu em dezembro de 2015; R\$ 390.000 de 6 parcelas restantes a receber do contrato de compra e venda nº 065/2016 da alienação do imóvel da Unidade de Tupaciguara em dezembro de 2016; R\$ 210.000 de 12 parcelas a receber do contrato 003/2017 da alienação do imóvel da Unidade de Bonfinópolis de Minas em 01/02/2017; R\$ 1.288.000 de 12 parcelas a receber do contrato 003/2017 da alienação do imóvel da Unidade de Bonfinópolis de Minas em 01/02/2017; R\$ 1.288.000 de 12 parcelas a receber do processo de concorrência 01/2017 da alienação do imóvel da Unidade de Frutal em 07/08/2017; R\$ 90.000 referente a 6 parcelas restantes da alienação de um imóvel em Tupaciguara/MG em 21/08/2017.

NOTA 9 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (Ativo Circulante) - Os saldos de R\$ 62.998 em 2017 e R\$ 43.956 em 2016 se referem a valores a serem ressarcidos por clientes pelos

Tupaciguara/MG em 21/08/2017.

NOTA 9 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (Ativo Circulante) - Os saldos de R\$ 62.998 em 2017 e R\$ 43.956 em 2016 se referem a valores a serem ressarcidos por clientes pelos serviços de carga, descarga e respectivos encargos sociais executados por trabalhadores avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas.

NOTA 10 - CRÉDITOS E VALORES (Ativo Não Circulante) - Em dezembro de 2017, o saldo compõe-se de: depósitos recursais R\$ 173.469, valores bloqueados pela justiça R\$ 2.741.024 para garantia de parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub judice; O valor de R\$ 1.661.908 se refere a 89 parcelas de R\$ 18.673 a receber do precatório nº, 13/2001 firmado em 04/2014 com o Município de Ipanema referente ao processo de imóvel da CASEMG nesse município; Créditos a receber de R\$ 35.000 referente a 02 parcelas a receber restantes do contrato 003/2017 da alienação do imóvel da Unidade de Bonfinópolis de Minas em 01/02/2017; O saldo de R\$ 858.667 é constituído por 8 parcelas restantes a receber do processo de concorrência 01/2017 da alienação do imóvel da Unidade de Bonfinópolis de Minas em 01/02/2017; O saldo de concorrência 01/2017 da alienação do imóvel da Unidade de Frutal em 07/08/2017; O montante de R\$ 615.018 é referente ao saldo do crédito apurado no registro da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos firmados entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na escritura a diferença do crédito a favor da CASEMG está sendo revertida a título de compensação de débitos de IPTU, incidentes sobre os imóveis de propriedade da Companhia na cidade de Frutal, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSON, que incide sobre o faturamento dos serviços prestados de armazenagem. NOTA 11 - DUPLICATAS A RECEBER DE CILENTES EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo) - O saldo de R\$ 492.462 decorre de valores a receber de clientes ern cobrança judicial em 2017. Em 2016 o saldo desta conta era de R\$ 496.723.
NOTA 12 - PERDAS NO RECEBIMENTO DE

NOTA 12 - PERDAS NO RELEBIMENTO DE CREDITOS (R. L. Prazo)
Constituída a provisão para perdas com base na Lei nº 9430/96 e Instrução Normativa SRF
93/97, para fazer face às perdas no recebimento dos créditos registrados na conta Duplicatas a Receber ern Cobrança Judicial.
Provisão p/ Perdas no Recebimento de Créditos
Saldo Inicial 2016 516.054
Baixa de cliente em 2017 8.268
Transferência de saldo para o curto prazo 15.324
Saldo Final 492 462 Saldo Final ...... NOTA 13 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL (Ativo Não Circulante) Taxa anual depreciação 2017

Terrenos	-	2.054.749	2.074.611
Edificações	4%	8.612.260	8.865.509
Máquinas e Equipamentos	10%	44.300.845	44.971.455
Móveis e Utensílios	10%	2.275.654	2.243.759
Veículos	20%	412.639	412.639
Armazéns e Silos	4%	85,663,451	86.824.737
Obras em andamento		67,650	37.500
Equipamentos de Informática	20%	475.055	484,904
1 1		43.862.303	145.915.114
(-) Depreciação Acumulada		(137,092,695)	(136,350,383)
TOTAL IMOBILIZADO		6.769.608	9.564.731
INTANGÍVEL			
Direitos e Propriedades		402,760	403.713
(-) Amortização Acumulada	20%	(393.041)	(6.040)
Deinainaia altanaazaa na Ativa Imahilinada am	2017.	(/	,

aeradores no conjunto do silo de Uberlândia confecção e instalação de dutos aeradores no conjunto do silo 01, Unidade de Uberaba ampliação do cômodo da balança rodovária e reforma de sanitários e na Unidade de Ituitaba construção de cômodo para instalação do centro de distribuição de energia geral da Unidade; Foram efetuadas baixas de bens em virtude de furto no valor de R\$ 2.376 nas Unidades de Uberaba e Gerência de Operação e Controle - GEROC; Depreciação Acumulada: Esta conta registra as variações das depreciações calculadas sobre os bens do Ativo Imobilizado acumuladas ao longo dos exercícios. Em 2017 foram registradas despesas no valor de R\$ 3.065.972 e baixas nas depreciações no valor de R\$ 2.323.660 em razão de alienações ou furtos; Amortização Acumulada: Panistra as variações das amortizações calculadas sobre os bans do Amortização Acumulada: Registra as variações das amortizações calculadas sobre os bens do Ativo Intangível. Em janeiro de 2017 efetuamos o registro da amortização referente aos bens do ativo intangível que foram desmembrados do Ativo Imobilizado em 30/12/2011 no valor de

R\$ 382.822 e não tinham sido efetuados os registros das amortizações.

NOTA 14 - FORNECEDORES (Passivo Circulante)

O saldo de R\$ 1.047.568 é composto por aquisições de materiais e serviços de Fornecedores.

Deste valor constam bloqueios de pagamentos no montante de R\$ 48.200 de dois fornecedores dos serviços de limpeza e segurança. O bloqueio se deu devido ao elevado número de processos contra os mesmos em tramite na Justiça do Trabalho em que a Companhia pode ser condenada como responsável solidária

como responsavei sondana. NOTA 15 - OBRIGAÇÕES FISCAIS (Passivo Circulante)

·	2017	2016
IRRF/COFINS/PIS/Outros Impostos Retidos	522.845	855.369
Imposto s/ Serviço Qualquer Natureza - ISSQN	18.358	25.964
IPTU e outras taxas Municipais	1.520	1.531
IRPJ E CSLL a Recolher	37.420	-
Total	580.143	882.864
O saldo de IRRE/COFINS/PIS e Outros Impostos Retidos:	são compostos pelas	provições dos

O saldo de IRRF/COFINS/PIS e Outros Impostos Retidos são compostos pelas provisões dos meses de novembro e dezembro de 2017 de IRRF. (R\$ 98.028), COFINS (R\$ 341.243) e PIS (R\$ 73.985). Impostos retidos referentes à retenção da Lei 10.833 do mês de dezembro 2017 (R\$9.589); A redução em relação ao ano anterior se deu devido ao parcelamento dos débitos em atraso no Programa de Regularização Tributária - PERT; O valor de R\$ 18.358 é composto pela provisão do ISS do mês de dezembro das Unidades prestadoras de serviços (R\$ 13.992 e R\$ 4.366 de ISS da Unidade de Frutal relativo aos exercícios de 2011 a 2016 que serão compensados conforme a Escritura Pública de Confissão

-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....--) Despesas Gerais e Administrativas ..... Contingências Trabalhistas e Cíveis..... (1.072.938) 121.544 (170.13 Reversão de Provisões Constituídas ..... OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) ..... 3.538.084 3.553.731 7.550.860 Outras Receitas (-) Outras Despesas ......OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS (523.230)(15.647 26 (1.078.662) (1.596.238 LÍQUIDAS .... Receitas Financeiras. (3.927.274) (7.213.973 Ganho de Capital ...... RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ..... 0,014 (0,138 40.212.516.561 40.212.516.561 As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangei	ite Em reais
Histórico	Outros resultados abrangentes
Saldo em 31/12/2015	11.486.439
Ajuste de exercícios anteriores	-
Resultado de exercício	(5.559.171)
Saldo em 31/12/2016	5.927.268
Ajuste de exercícios anteriores	(2.518.556)
Resultado de exercício	574.357
Saldo em 31/12/2017	3.983.069
Demonstrações das Mutações do Patrimô	nio Líquido
Evanofaias Findas am 21 da Danamhua	Em Danie

Exercícios Findos em 3	31 d	le Dezembro - Ei	m Reais	
			Lucros/	Patrimônio
		Capital Social	Prejuízos	Líquido
No	ota	Integralizado	Acumulados	Consolidado
Saldos em 31/12/2016		26.814.711	(20.887.443)	5.927.268
Ajustes de exercícios anteriores	24		(2.518.556)	(2.518.556)
Lucro do Exercício 2017	28		574.357	574.357
Saldos Finais em 31/12/2017		26.814.711	(22.831.642)	3.983.069
			Lucros/	Patrimônio
		Capital Social	Prejuízos	Líquido
No	ota	Integralizado	Acumulados	Consolidado
Saldos em 31/12/2015		26.814.711	(15.328.272)	11.486.439
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-
Prejuízo do Exercício 2016			(5.559.171)	(5.559.171)
Saldos Finais em 31/12/2016		26.814.711	(20.887.443)	5.927.268
A	· ~ .	and the second second second		

Demonstração do Fluxo de Caixa

Método indireto para o Exercício Findo em 31 de Dezembro - Em Reais			
	2017	2016	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/Prejuízo do exercício	574.357	(5.559.171)	
Aumentos (diminuições) dos itens que não afetam o caixa			
Depreciação	3.065.973	3.027.589	
Ajuste de exercício anterior	(2.518.556)		
Perda do imobilizado	78.369	45.197	
Amortização	4.178	3.817	
LUCRO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	1.204.321	(2.482.568)	
VARIAÇÕES ATIVO	447.070	110 224	
Aumento (Diminuição) de Duplicatas a Receber	447.373	112.334	
Aumento (Diminuição) de Concessão Direito Real de Uso	(208.012)	(24.546)	
Aumento (Diminuição) Despesas Antecipadas	(2.010)	(12.620)	
Aumento (Diminuição) Ressarcimento Clientes	(19.042)	34.348	
Aumento (Diminuição) Estoque	837.070	(1.021.884)	
Aumento (Diminuição) Tributos a compensar	(59.921)	(96.038)	
Aumento (Diminuição) de Adiantamentos Internos e a Terceiros		(2.888)	
Aumento (Diminuição) de Créditos a Receber de Precatório	205.403	224.077	
Aumento (Diminuição) Alienação de imóveis	1.144.913 (12.017)	1.192.587	
Aumento (Diminuição) Depósitos Recursais	(2.674.666)	(7.659) 24.768	
Aumento (Diminuição) Valores Bioqueados	27.537	34.615	
Aumento (Diminuição) de provisão de perdas	(1.359)	13.901	
Aumento (Diminuição) de Provisão de perdas	4.261	13.901	
Aumento (Diminuição) de Amortização Acumulada			
TOTAL		470.995	
VARIAÇÕES PASSIVO	00.020	4/0.773	
Aumento (Diminuição) de Fornecedores	(341,788)	659.099	
Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais	(302.722)	(1.853.477)	
Aumento (Diminuição) Salários e Contribuições Fiscais		561.060	
Aumento (Diminuição) de Obrigações a Terceiros	(260.682)	262.472	
Aumento (Diminuição) Provisão Contingências	(200.002)	202.472	
Trabalhistas (CP/LP)	293,395	(5.000)	
Aumento (Diminuição) de Acordos Trabalhistas (CP/LP)	276.192	(275.658)	
Aumento (Diminuição) de Ações cíveis e Pensões (CP/LP)	(121.064)	537	
Aumento (Diminuição) Parcelamento da Lei 11.941/2009	(121.001)	557	
(CP/LP)	(275.731)	(199.950)	
Aumento (Diminuição) Parcelamento Previdenciário (CP/LP)	(1.998.392)	(563.240)	
Aumento (Diminuição) Parcelamento não Previdenciário (CP/LP)	(4.287.933)	3,534,348	
Aumento (diminuição) Parcelamento Lei 12.996/2014 (CP/LP)	(553.884)	(494.088)	
Aumento (diminuição) Parcelamento Lei 13.496/2017 (CP/LP)	8.832.857	-	
Aumento (diminuição) Indenização a Clientes	(954.263)	(881.576)	
Aumento (diminuição) Salário-Educação	(24.067)	(15.609)	
Aumento (diminuição) Adiantamentos de contratos	-	(62.385)	
TOTAL	(2.542.693)	666.533	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições do Ativo Imobilizado	(348.266)	(883.395)	
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA	(1.599.811)	(2.228.435)	
Caixa no início do período	1.924.335	4.152.770	
Caixa no fim do período	324.523	1.924.335	
As notas explicativas da administração são parte integrante das	demonstraçõe	s financeiras	

e Compensação de Débitos recíprocos firmados entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. IPTU e outras taxas Municipais: R\$ 1.520 é referente à apropriação do IPTU da Sede Administrativa da Companhia que será pago em 2018. IRPJ e CSLL a Recolher: Refere-se à provisão de IRPJ e CSLL a Recolher por estimativa do mês de maio de 2017 no valor de R\$ 37.420 recolhidos em 31/01/2018, valores os quais serão compensados após a entrega da Escrituração Fiscal Digital na apuração do IRPJ e CSLL das empresas optantes pelo Lucro Real Anual. O prazo de entrega desta obrigação acessória é 31/07/2018.

NOTA 16 - SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (PASSIVO CIRCILLANTE)

NOTA 16 - SALARIOS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS (PASSIVO CIRCULANTE)			
	2017	2016	
Salários e Honorários a Pagar	320.804	345.017	
INSS a Recolher	170.522	1.803.820	
INSS a Recolher (Avulsos)	50.729	1.203.496	
INSS s/cessão de mão de obra	6.349	5.632	
FGTS a Recolher	52.157	55.675	
Provisão para Férias e encargos	889.756	903.678	
FGTS a Recolher (Avulsos)	9.325	13.118	
INSS a Recolher (Autônomo)	6.183	-	
Total	1.505.825	4.330.436	

PRIMEIRO PLANO



## COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG CNPJ: 17.186.370/0001-68

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - Em reais

O saldo de R\$ 1.505.825 em 2017 é constituído pelas obrigações com Pessoal. A redução O saido de R\$ 1.505.825 em 2017 e constituido petas obrigações com ressoai. A redução de um exercício para o outro se deu devido ao parcelamento dos encargos com INSS de funcionários e trabalhos avulsos incluídos no Programa de Regularização Tributária - PERT. Nas contas de salários de honorários a pagar estão registradas as provisões dos salários dos funcionários, diretores e conselheiros do mês de dezembro de 2017. Nas contas INSS a Recolher, INSS a Recolher (autônomo), INSS s/cessão de mão de obra, FGTS a Recolher e FGTS a Recolher (avulsos) são os valores das provisões

de mao de obra, PGTS a Recoiner e PGTS a Recoiner (avuisos) são os valores das provisoes dos impostos do mês de dezembro de 2017.

NOTA 17 - PARCELAMENTO DE SALÁRIO-EDUCAÇÃO (Passivo Circulante e Não Circulante) - Esta conta é composta por débito de salário educação referente ao període janeiro/1999 a abril/2000 parcelados na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN em 60 (sessenta) parcelas. Foram pagas 32 parcelas até dezembro de 2017.

	2017	2016
Divida Consolidada	99.035	114.643
(-) Pagamento de parcelas no exercício	(31.206)	(28.220)
(+) Apropriação de juros	7.138	12.611
Saldo devedor do parcelamento	74.967	99.034
Dividido em:		
Passivo Circulante	32.195	29.710
Exigível em Longo Prazo	42.772	69.324
Total	74.967	99.034
NOTA 18 - PARCELAMENTO DA LEI 11.941/2009 (	Passivo Circul	ante e Não
Circulante) - Esta conta é composta por débitos de INSS,	COFINS, PIS e	FUNDAF de
exercícios anteriores a 2000 incluídos no programa REFIS co	nia dívida foi rei	arcelada em

exercícios anteriores a 2000 incluídos no programa REFIS cuja divida foi reparcelada em cento e vinte (120) meses conforme consolidação em 2011 pela Receita Federal do Brasil-RFB, nos termos da Lei nº 11.941/2009, sendo a mesma atualizada com juros devidamente RFB, nos termos da Lei nº 11.941/2009, sendo a mestida atualizada com julio apropriados em conta de Resultado. Foram pagas 78 parcelas até dezembro de 2017.

2017 2016

Dívida Consolidada	1.552.188	1.752.136
(-) Pagamento de parcelas no exercício	(357.048)	(332.859)
(+) Apropriação de juros	81.315	132.909
Saldo devedor do parcelamento	1.276.455	1.552.186
Dividido em:		
Passivo Circulante	365.058	344.930
Exigível em Longo Prazo	911.397	1.207.256
Total	1.276.455	1.552.186
NOTA 19 - PARCELAMENTO DA LEI 12.996/2014 (	Passivo Circu	lante e Não
Circulante) - Esta conta é composta por débitos de INSS, CO	DFINS, PIS, IRR	F e Retenção
da Lei 10.833 vencidos em 2012 e 2013 cuja dívida foi repa	rcelada em sess	enta parcelas,
nos termos da Lei nº 12,996/2014. Foram pagas 38 parcelas	até 31/12/2017	

nos termos da Lei nº 12.996/2014. Foram pagas 38 parcelas a	té 31/12/2017	r,
nos termos da Eer n 12.776/2014. Foram pagas 30 parceias a	2017	2016
Dívida Consolidada	1.775.165	2.467.507
(-) Pagamento de parcelas no exercício	(670.122)	(700.999)
(-) Estorno de juros e multa na consolidação com		
compensação de prejuízos fiscais registrado em		
"Recuperação de despesas"	-	(258.636)
(+) Apropriação de juros	119.072	270.127
Saldo devedor do parcelamento	1.224.115	1.777.999
Dividido em:		
Passivo Circulante	690.074	639.939
Exigível em Longo Prazo	534.041	1.138.060
Total	1.224.115	
NOTA 20 — PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃ	O TRIBUTÁI	RIA — PERT
- LEI 13.496/2017 (Passivo Circulante e Não Circulante)	- O Programa	Especial de
Regularização Tributária está regulamentado nos normativos:	MP 783 de 31	/05/2017, IN

RFB 1.711 de 16/06/2017, Portaria PGFN 690 de 29/06/2017, Lei 13.496 de 24/10/2017

Portaria PGFN 1.032 de 25/10/2017, IN RFB 1.752 de 25/10/2017 e Portaria PGFN 1.207 de

Após a análise do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras e com fulcro

28/12/2017. A Companhia aderiu em 25/08/2017 ao Programa Especial de Regularização Tributária PERT. Valor da dívida em 31/12/2017: R\$ 8.832.857. Esta conta é composta por 28/12/2017. A Companhia aderiu em 25/08/2017 ao Programa Especial de Regularização Tributária PERT. Valor da divida em 31/12/2017: R\$ 8.832.857. Esta conta é composta por débitos de INSS do período de dezembro de 2014 a novembro de 2015 na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN no valor de R\$ 2.702.036 divididos em 144 parcelas; Débitos previdenciários da Secretaria Receita Federal parcelamento do período de setembro/2016 a fevereiro/2017 mais os migrados do parcelamento da Lei 10.522 do período de 06/2013 a devereiro/2017 mais os migrados do parcelamento da Lei 10.522 do período de 06/2013 a Receita Federal para a consolidação com pagamento de créditos oriundos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL; Demais Débitos da Secretaria Receita Federal parcelamento do período de junho/2016 a fevereiro/2017 mais os migrados do parcelamento da Lei 10.522 do período de maio/2014 a maio/2016 no valor de R\$ 3.874.153. Aguardando adata a ser divulgada en la Secretaria da Receita Federal para consolidação com pasamento a data a ser divulgada pela Secretaria da Receita Federal para consolidação com pagamento créditos oriun

oriundos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.
- PROVISÃO PARA AÇÕES TRABALHISTAS / CÍVEIS /ACORDOS TRABALHISTAS (Passivo Circulante) - Estão registradas as provisões para contingências trabalhistas no valor de R\$ 323.395 e de ações cíveis de R\$ 316.433, conforme relatórios encaminhados pela Assessoria Jurídica da Companhia. Também estão registrado no Passivo Circulante os saldos remanescentes de acordos trabalhistas no valor de R\$ 333.417 referentes a oito processos judiciais, sendo seis de trabalhadores, um do Sindicato dos empregados de empresas de segurança e vigilância do estado de Minas Gerais e um da Federação do comércio

e bens e serviços de Minas Gerais. NOTA 22 - CAPITAL SOCIAL - Em dezembro de 2017, o capital social de R\$ 26.814.711, é formado por 95,11% em ações ordinárias e 4,89% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,96%); CONAB

NOTA 23 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS - O aumento nas contas de pessoal foi devido às rescisões de três Diretores e quatro assessores no período. Em despesas gerais o aumento se deu na conta de reclamações trabalhistas 615% em relação a 2016.

	2017	2016
Pessoal e encargos sociais	5.089.571	4.618.851
Materiais e Produtos	58.225	4.300
Serviços de Terceiros	1.517.761	1.653.997
Utilidades e serviços	101.620	150.077
Impostos e taxas	45.833	39.655
Despesas gerais	1.684.582	691.000
Depreciação/Amortização	20.893	18.118
Participação descontada funcionários	(131.239)	(128.802)
Reversão de provisões	(121.543)	(5.075)
Total:	8.265.703	7.142.121

NOTA 24 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
Em 2017, houve ajustes de exercícios anteriores de R\$ 2.518.556. Sendo: R\$ 382.823 de contabilização da amortização de bens do Intangível não contabilizado anteriormente, R\$ Contaminzação da antorização de beirs do intangiver has contamizado anteriorinente, RS 2.180.401 de atualização de correção da divida de juros, multas e honorários advocaticios da PGFN sobre débitos previdenciários do período de 12/2014 a 11/2015. Em âmbito de RFB teve correção dos débitos previdenciários do período de 09/2016 a 12/2016 e dos demais débitos do período de 06/2016 a 12/2016 que foram parcelados no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, e ainda R\$ 44.668 de estorno de divida contabilizada a maior de parcelamentos previdenciários do período de 06/2013 a 04/2014 em âmbito da Secretaria da Receita Federal migrados para o PERT.

NOTA 25 - OUTRAS RECEITAŠ	
Esta conta é composta por R\$: 8.074.090, distribuídos em:	
Receitas eventuais:	2.714.596
Reeuperação de despesas:	3.481.665
Concessão Direito R.Uso:	1.823.579
Desconto obtido:	54.250
O fato de maior relevância neste grupo ocorreu na conta recuperação de despesas	nos meses
de novembro e dezembro onde foram registradas as reduções de juros, multas e	

advocatícios sobre impostos previdenciários e demais débitos parcelados e migrados em âmbito de PGFN e RFB que totalizaram R\$ 3.114.470 devido à adesão em 25/08/2017 ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT Lei 13.496/2017. Foram excluídas da apuração do IRPJ e CSLL as receitas de recuperação de despesas referentes as reduções de juros e multas e honorários advocatícios sobre as despesas que

foram contabilizadas na conta ajustes de exercícios anteriores.

NOTA 26 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS
Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 se referem às desnesas financei Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 se referem às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, conforme demonstramos abaixo:

	2017	2016
Despesas Financeiras	(1.424.769)	(2.077.013)
Juros pagos ou incorridos	(1.025.384)	(1.364.291)
Multas dedutíveis e indedutíveis	(346.389)	(673.258)
Comissões, despesas bancárias e outras	(52.996)	(39.464)
Receitas Financeiras	346.107	480.775
Taxa de Perrnanência	69.198	64.068
Apropriação de juros e multas	145.287	49.498
Renda de aplicação financeira	131.622	367.209
Despesas Financeiras - Receitas Financeiras:	(1.078.662)	(1.596.238)

e fornecedores pagos em atrasos no exercício. As multas contabilizadas são oriundas principalmente do parcelamento dos Impostos Previdenciários e Demais débitos no Programs Especial de Regularização Tributária - PERT (R8 254.145), e o restante sobre Fornecedores

e impostos pagos em atrasos no exercício.

NOTA 27 - GANHO DE CAPITAL - Em 2017, o saldo de R\$ 4.501.631 teve como resultados os ganhos das alienações dos imóveis das Unidades de Frutal: R\$ 3.677.931, imóvel de Tupaciguara: R\$ 299.521 e imóvel de Bonfinópolis: R\$ 526.555 e baixas de bens por furto

no valor de R\$ 2.376.

NOTA 28 - DOS RESULTADOS - Resultado do Exercício: Lucro de R\$ 574.357 devido principalmente pelo ganho de capital sobre a alienação do imóvel de Frutal: R\$ 3.677.931 e a recuperação de despesas sobre a redução de juros e multas de R\$ 3.114.470 na adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária. - PERT.

e a recuperação de despesas sobre a redução de juros e multas de R\$ 3.114.4/0 na adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

NOTA 29 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS - Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 12.870 e R\$ 12.257 respectivamente, e dos empregados são R\$ 13.052 e R\$ 937, respectivamente.

NOTA 30 - EVENTOS SUBSEQUENTES A DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO QUE POSSAM A VIR A TER ETEITO RELEVANTE SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA. - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT: De acordo com a Portaria PGFN nº, 1207, de 28/12/2017 que regularizante no su procedimentos de utilização de créditos para argortização do saldo devedor incluídos no su procedimentos de utilização de créditos para argortização do saldo devedor incluídos no su procedimentos de utilização de créditos para argortização do saldo devedor incluídos no os procedimentos de utilização de créditos para arnortização do saldo devedor incluídos no PERT, a Companhia em 25/01/2018 utilizou as montantes de base de cálculo de R\$ 4.200.000 de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL para amortizar saldo devedor de R\$ 1.428.000 na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Em 25/01/2018 a dívida R\$ 1.428.000 na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Em 2 de PERT/ PGFN que era de R\$ 2.702.036 passa a ser de R\$ 1.274.036.

Há previsão para consolidação dos débitos em âmbito da Secretaria da Receita Federal para o exercício de 2018, onde a Companhia utilizará montantes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL para amortizar o saldo remanescente dos débitos incluídos no PERT/RFB de aproximadamente R\$ 6.130.821.

Wellington Rodrigo Aguilar

Marcely Aparecida da Silva CRC: MG 087817/O-3

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Conhecendo dos Pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, bem como da aprovação do Balanço Patrimonia e demais Demonstrações Financeiras, inclusive acompanhando as ressalvas e recomendações ali contidas, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa, ressalvadas

de 2017, pelo valor dos prejuízos acumulados nos exercícios anteriores.
Belo Horizonte, 14 de março de 2018.

Lizane Soares Ferreira Marcus Vinicius Severo de Souza Pereira

Presidente Cleide Edvirges Santos Laia Conselheira

Conselheiro Manuel Vitorino Sousa Neto Conselheiro

Maria Aparecida Carvalho

nos relatórios e pareceres da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, além do contido na Ata 210º da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal emitiu o seguinte parecer: O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao

# Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG CNPJ N° 17.186.370/0001-68 Belo Horizonte (MG) OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nessa auditoria foi conduzida de acordo com as pormas brasileiras e internacionais de

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÔRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e ace expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria

o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com onsos conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso estatérios.

1. A companhia deixou de efetuar o teste de recuperabilidade de seus ativos (teste de "impairment"), como determinado pela NBC TG 01. No entanto, considerando os valores de mercado dos itens do imobilizado vendidos no decorrer do exercício de 2017, todos estavam registrados na contabilidade a valor inferior ao valor de mercado e, dessa forma,

as recomendações que foram efetuadas pelo Confis, nas Atas de números 167ª a 201ª. O Conselho manifesta concordância com a proposta de absorção do lucro, apurado no exercício

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

os auditores estenderam esse entendimento para todo o ativo imobilizado da companhia.

2. Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), com aproveitamento de prejuízos fiscais e de imóvel oferecido como "dação" em pagamento de parte do débito tributário.

tributario.

3. A companhia apresenta, em 31/12/2017, um índice de liquidez corrente de 0,59 contra 0,81 no exercício encerrado em 31/12/2016, significando que a companhia perde, a cada ano, capacidade de saldar suas obrigações no curto prazo. A companhia vendeu três de seus imóveis no decorrer do exercício de 2017 para poder

saldar obrigações operacionais.

4. A companhia vendeu três de seus imóveis no decorrer do exercício de 2017 para poder saldar obrigações operacionais.
5. A companhia apresenta, sistematicamente, nos últimos anos, prejuízos operacionais e depende da venda de seus ativos para equilibrar suas contas.
Em 2017 o resultado operacional da companhia foi de prejuízo, mas o resultado final apresentou lucro, decorrente, principalmente do resultado gerado com a operação feita para o "PERT" e com o lucro das alienações de imóveis.
RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
RESPONSABILIDADED OA AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRACÕES

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável e um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relavantes existentes

relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações frites pala daministração. Conaldiras contrabas de sus pala educinistração. contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dívida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG futuras podem levar a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG a não mais se manter em continuidade operacional. . Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as estrutura e o conteudo das demonstrações contabeis, inclusiva as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exidências éticas relevantes, inclusido as requisitos aplicáveis de independência. com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os beneficios da com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, o comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. OUTROS ASSUNTOS - As Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 3/11/2/2016 foram auditadas por nossa firma que emitiu Relatório em 09/02/2017, com ressalva relativa à ausência de "impairment".

Ribeirão Preto (SP), 24 de fevereiro de 2018.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres Contador - CRC1SP067138/O-0 "S" MG

Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial. O Leiloeiro Fernando Caetano Moreira filho, JUCEMG 

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS

TRABALHADORES DA FERROUS MINA VIGA

O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE

EXTRAÇÃO MINERAL E DE PESQUISA, PROSPECÇÃO, EXTRAÇÃO E

BENEFICIAMENTO DO FERRO E METAIS BÁSICOS E DEMAIS MINERAIS

METALICOS E NÃO METÁLICOS DE CONGONHAS, BELO VALE E OURO PRETO

E REGIÃO - METABASE INCONFIDENTES no uso de suas atribuições estatutárias

ANDEROMAN DE CONTRO DE CONGONHAS. BELO VALE E OURO PRETO

E REGIÃO - METABASE INCONFIDENTES no uso de suas atribuições estatutárias

ANDEROMAN DE CONTRO DE CONGONHAS. BELO VALE E OURO PRETO

E REGIÃO - METABASE INCONFIDENTES no uso de suas atribuições estatutárias

ANDEROMAN DE CONTRO DE CONT convoca todos os trabalhadores da FERROUS Mineração, associados ou não ao Sindicat para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, nos dias 11 e 12 de abril/2018, para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA, nos dias 11 e 12 de abril/2018, a realizar-se na estrada de acesso próximo a portaria da empresa respectivamente, dia 1 de abril/2018, com primeiras chamadas nos horários de 05h30m, 06h30, 11h30m, 17h30m e no dia 12 de abril/2018 com primeiras chamadas nos horários de 06h30m, e 17h30m. Haverá segunda chamada em todas as assembleias, após 30 minutos da primeira chamada. A assembleia é chamada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Aprovação ou reprovação de greve referente à negativa da empresa ao abono compensatório frente ao não pagamento de PLR, exercício 2017. 2. Outros assuntos da categoria. Seu resultado será comunicado aos trabalhadores pelos canais de divulgação do sindicato. Congonhas/MG, 09 de abril de 2018. Sidney José Roque, Presidente.

DE BELO HORIZONTE EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAULO EUGÊNIO REIS DUTRA, Oficial Interino do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, nos termos da Portaria nº 5.195/CGJ/2017 e na forma da Lei, etc... utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela redora do contrato de financiamento imobiliário nº 144440316940-5 INTIMA o Sr. ANDERSON DA SILVA ANDRADE, residente em loca ncerto e ignorado, para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da Lei, no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento, com uros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação referentes ao contrato de compra e venda garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 12/06/2013, registrado sob nº R-10, na Matrícula nº 46.355 deste Serviço, referente ao imóvel situado à Avenida José Bonifácio, nº 180, Apto. 511, Tipo B, Edifício 3, Conjunto Residencial do Bairro Industriário, 6ª Seção Suburbana, Belo Horizonte/MG, com saldo devedor que, em 09/04/2018, perfaz o montante de R\$29.751,53, relativo a prestações vencidas e não pagas devendo comparecer a este Serviço de Registro de Imóveis, situado à Rua Inconfidentes nº 914 – Savassi – Belo Horizonte/MG, onde deverá efetuar o pagamento do débito acima descriminado, purgando-se a mora, sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nesta Cidade de Belo Horizonte aos 09 de abril de 2018. O Oficial Interino, (ass) Paulo Eugênio Reis Dutra.

CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAÍS DA RESERVA DE BELO HORIZONTE

MINISTÉRIO DA



## **AVISO DE LICITAÇÃO**

## Pregão SRP nr 08/2018 - CPOR/CM-BH

A União, por intermédio do EXÉRCITO BRASILEIRO, neste ato representado pelo CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA E COLÉGIO MILITAR DE BELO HORIZONTE (CPOR/CM-BH), através de seu Ordenador de Despesas, Coronel MARCO JOSÉ DOS SANTOS, torna público que será realizada no dia 19 de abril de 2018, às 09:00 h (horário de Brasília) a licitação na modalidade Pregão SRP, do tipo menor preço, para a eventual contratação de empresa para aquisição de material de consumo e permanente para o CPOR/CMBH e Órgãos Participantes. O endereço eletrônico onde os licitantes retirarão o edital é: www.comprasnet.gov.br.

NUP: 64213001472201802

EDITAL PARA INTIMAÇÃO

ANA PAULA DE CARVALHO LIMA

O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa – MG, em cumprimento ao disposto no art. 26 da lei 9.514/97 e a requerimento do(a) credor(a), vem intimar o(a)(s) devedor(a)(res) fiduciante(s) **Ana Paula de Carvalho Lima**, portador(a) do CPF nº 054.816.446-06, a fim de comparecer(rem) neste Cartório, situado na rua Maria Junqueira, 175, Bairro Brant, nesta cidade de Lagoa Santa - MG, no prazo irrevogável de 15(quinze) dias contados a partir da ultima publicação deste edital, onde deverá ser efetuada a purga do débito para cumprir as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos, referente ao contrato de nº 224.104.890 garantido por alienação fiduciária, firmado em 30/05/2014, registrado sob o nº R-7 da matricula 36.620 do livro 02, deste Cartório, referente ao imóve situado na Rua Firmino Gonçalves, nº 25, Apartamento 103, Bloco 05, Bairro Palmital, em Lagoa Santa - MG, CEP 33.400-000. O valor destes encargos, posicionados em 28 de março de 2018, corresponde a R\$ 8.591,91 (oito mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e um centavos), sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e as despesas de cobrança até : data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que vencerem nesse período. O pagamento da quantia especificada deverá ser efetuado diretamente a(o) credor(a) ou, nesta serventia, em cheque administrativo ou visado, nominal o(a) credor(a) fiduciário(a) ou seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) – BANCO DO BRASIL S/A- nos termos do art.26 §7" da Lei 9.514/97.

Lagoa Santa, 28 de março de 2018

Danilo de Assis Faria Oficial

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO**

FERNANDO PEREIRA DO NASCIMENTO. Oficial do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, situado na Rua Rio de Janeiro, 1611, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da Lei º 9.514/97, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que fica (m) INTIMADO (A/S) ao (à/s) devedor (a/s) fiduciante (s) Solução Organização e Liquidez Construtora Ltda, Alessandro Oliveira Dutra Faria e Silva, Júlio Dario Vianna de Azevedo e Renato Candido de Rezende, para satisfazer, no prazo de 15 (quinze) dias, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionas, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, conforme planilha disponível na sede da serventia protocolizada sob o nº 455666, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, referente a Cédula de Crédito Bancário nº 237/2268/52303, garantido por ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, firmado com Banco Bradesco S/A em 25/04/2013, registrado nesta Serventia sob o R-5 da matrícula 119.337, R-7 da matrícula 119.938 e R-5 da matrícula 119.939, referentes aos imóveis constituídos pelos Lotes 42, 43 e 44 do Quarteirão 31 do Bairro dos Buritis, nesta cidade de Belo Horizonte/MG, com saldo devedor no valor de R\$ 101.146,63, em 16/02/2018.

O pagamento deverá ser procedido diretamente ao (à) credo (a) na agência bancária onde foi efetuado o contrato de financiamento devendo o recibo ser apresentado nesta Serventia. Poderá ainda o pagamento ser procedido diretamente na sede da serventia, mediante cheque administrativo ou visado, nominal ao (à) credor (a) fiduciário (a). Na oportunidade, fica (m) V.Sa (s). cientificado (a/s) que o não cumprimento das referidas obrigações, no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do (a) Credor (a) Fiduciário (a) - Banco Bradesco S/A - nos termos do art. 26 § 7 da Lei 9.514/97

Belo Horizonte, 27 de março de 2018.

# CARDAN ENGENHARIA S/A CNPJ 09.329.077/0001-84

Cardan Engenharia S/A comunique acha-se à disposição de cionistas, em sua sede social à Rus Jruguai, 250, Sala 501, Sion, nesta apital, a documentação exigida pelo art. 133 da Lei 6.404/1976, relativa a xercício social findo em 31/12/2017 Belo Horizonte, 03 de abril de 2018

## SIDERÚRGICA VALINHO S.A.

CNPJ n° 20.144.085/0001-99 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Convidamos os senhores acionistas da sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária / Extraordinária a ser realizada às 11:00 (onze) horas, do dia 23/04/2018, em sua sede social à Rua dos Inconfidentes, nº 1.075, sala 501 – Bairro Funcionários, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: Em Assembleia Geral Ordinária (AGO): Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício: Eleger os membros da Diretoria e fixar seus honorários. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE): Alteração do artigo 20º de Estatuto Social, acrescentando-lhe o inciso VI; Proposta de Consolidação do Estatuto Social. Belo Horizonte, 20 de Março de 2018.



AVISO DE LICITAÇÃO

goto de Itabira torna público realizara PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 005/2018, cujo objeto consiste no fornecimento de Sulfato de Alumínio líquido isento de ferro solução a 50%, Sulfato de Alumínio sólido isento de ferro a 99%, Cloreto Férrico solução classe 38% subclasse corrosivo e classe 35% succlasse corrosivo e Sal Grosso (não moído), na forma de entrega futura, conforme especifi-cações e quantitativos descritos no Anexo I – Termo de Referência. Tipo: Menor Preço Global por Item. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia 19/04/2018 às 08 horas e o início da disputa do regão dar-se-á no dia 19/04/2018 às 09 horas. O Edital encontra-se à dis 09 horas. O Edital encontra-se à dis-posição dos interessados, a partir do dia 09/04/2018, no site www.licitaco-es-e.com.br e no Setor de Compras, no horário das 7h30 às 10h30 e das 13h às 16h, em sua sede à Rua Se-nhora do Carmo, 148, Pará – Itabira/ MG – Telefone (31) 3839-1324.

Leonardo Ferreira Lopes Diretor-Presidente

CONDOMÍNIO DO CONJUNTO ARCÂNGELO MALETTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

Nos termos dos Artigos 1348 e 1350 do Código Civil Brasileiro e, em atenção aos dispositivos Convencionais e demais normas legais, o Sindico - Amauri Batista dos Reis, no uso de suas atribuições, CONVOCA os condôminos dos blocos 1 e III (apartamentos, salas, lojas e o sobrelojas) do Condomínio do Conjunto Arcângelo Maletta, localizado a Rua da Bahia nº1148 Centro Belo Horizonte Cep. 30.160.906, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária do Condomínio, doe Conjunto Arcângelo Maletta, que se realizará no Salão de Festas deste Condomínio, localizado no 31º (trigséimo primeiro) andar do Bloco Residencial, no día 19 (dezenove) de abril de 2018 - quinta-feira, em primeira chamada às 18.30h, contando com pelo menos %dres quartos) de condôminos ou representantes presentes e, em segunda chamada às 19.00h, contando com qualquer número de condôminos ou representantes presentes presentes, para deliberarem e votarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1- Recuperação, reforma e revitalização da fachada de todo Edificio; 2 - Taxa extra para reforma acima descrita; 3 - Aprovação de instalação de catracas de segurança (identificadoras), para acesso aos blocos l e III (comercial e residencial), NOTAS RELEVANTES - O início da assembleia será as 19.00h, após este horário não será permitida a entrada de outros condôminos; a. É licito aos condôminos ses fazerem representar por procurador. Os interessados em representar condôminos nesta Assembléia deverão ENTREGAR os respectivos Instrumentos de Procuração originais ou em cópias autenticadas junto à sede da administração deste Condomínio, localizada na Rua da Bahia, nº 1.148 — sobreloja 17(dezessete), bairro Centro, em Belo Horizonte-MG, no dia 10 de abril de 2018, no horário de 8 às 17horas. Após essa data e horários fica expresamente vedada a apresentação de outras procurações, inclusive na AGE. b. A conferência das procurações apresentadas, relativa á inadimplência dos autorgantes e aos pod

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura Seção de Compras da DAA/PRA/UFMG AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2018

A Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, por intermédio do Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura, torna público, para conhecimento dos interessados, a contratação de empresa para o Registro de Preços, para aquisição parcelada de Relógio de ponto Biométrico. A sessão pública será aberta às 10:00 horas, no horário de Brasília, do dia 19/04/2018, no site: http://www.comprasnet.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas por telefone: (31) 3409-4313 ou pelo e-mail: compras@sim.ufmg.br. Horário para atendimento ao público: De Segunda a Sexta-feira, de 08:00 às 16:00 horas

Belo Horizonte, 06 de Abril de 2018 Felipe Coura e Cruz Diretor do DEMAI/UFMO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG

AVIȘO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 042/2018

PREGÃO ELETRÔNICO PMI/SMA/SUCON Nº 012/2018 EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA / **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** 

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON 042/2018, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2018. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de material gráfico e pastas executivas, conforme descrição, para atender ao Programa Bolsa Família, no município de Itabira/MG. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia 19/04/2018, às 09:30 horas e início da disputa do pregão será dia 19/04/2018, às 10:00 horas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www. licitacoes-e.com.br, pelo e-mail contratositabira@yahoo.com.br, ou na Coordenadoria de Contratos da Prefeitura Municipal de Itabira/MG, Telefone: (31)3839-2110 / (31)3839-2244, de 2ª a 6ª feiras, de 08 às

Itabira, 06 de abril de 2018

Deoclécio Fonseca Mafra - Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Similares, Turismo avanderias de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os trabalhadore, las CATEGORIAS PROFISSIONAIS das Empresas de Bares, Restaurantes, Hotéis e similares d das CALEGORIAS PROFISSIONAIS das Empresas de Bares, Restaurantes, noteta e similares da base de Juiz de Fora/MG e demais cidades integrantes da base territorial, para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a se realizar no dia 12 de abril de 2018, às 16h30, em primeira convocação, na sede do Sindicato à Rua Barão de Cataguases, 46/48, Santa Helena, Juiz de Fora/ MG, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura do Presente EDITAL de convocação; b) Elaboração das Pautas de Reivindicações a serem encaminhadas à diretoria do sindicato patronal de entenção serva idantificade (haves extenirates hotálica cimilarea) existinando a referim

la categoria supra identificada (bares, restaurantes, hotéis e similares), objetivando a próxima Convenção Coletiva de Trabalho a ser firmada com o respectivo Sindicato Patronal; c) Apresentação dos índices de correção salarial e aprovação dos índices de reajuste a ser aplicado

obre os salários vigentes;

l) Autorização para a diretoria do Sindicato Profissional firmar a Convenção Coletiva de Trabalho;
, em caso não viabilidade, poderes para ajuizar o dissídio coletivo;

) Aprovação da criação de taxas por serviços prestados em favor das empresas, em especial

obre a realização de homologações, acordos e convenções coletivas, emissão de declarações

) Encertamento.

mexistindo "quórum" lega na primeira convocação, a Assembleia se realizará em segund onvocação às 17 horas, independentemente do número de presentes.

Juiz de Fora, 06 de abril de 2018.

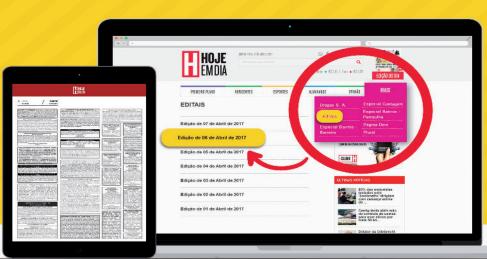
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES, TURISMO E LAVANDERIAS DE JUIZ DE FORA E REGIÃO (Edivaldo da Silva Dornelas) - PRESIDENTE

# Agora seu edital está disponível também no portal Hoje em Dia.

Mais acessos, maior alcance. Potencialize sua publicação legal.

Acesse e confira:

hoje.vc/editais



Aproveite e anuncie conosco:

(31) **3236 8001** 









